DELFIM MARTINS/ PULSAR

Presidente Prudente cresce, mas já tem um mapa da exclusão social

PLANEJAMENTO

Indicadores municipais

Novo *software* vai orientar a tomada de decisões

Como garantir o crescimento das cidades médias sem prejudicar a qualidade de vida da população? Como estabelecer prioridades para os investimentos públicos de forma a reduzir as desigualdades sociais? Foi pensando nessas questões que pesquisadores do Laboratório de Geografia Humana da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp e técnicos da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente se uniram e criaram – com o apoio da FAPESP – o Sistema de Informações Geográficas Intersetorial (SIGI), um *software* capaz de integrar diversos indicadores sociais para orientar a tomada de decisões. "Mesmo que os recursos venham dos governos federal e estadual, a Constituição de 1988 deu aos municípios mais autonomia e responsabilidade na implementação de políticas públicas", diz o coordenador do projeto, Eliseu Savério Sposito, da Unesp de Presidente Prudente.

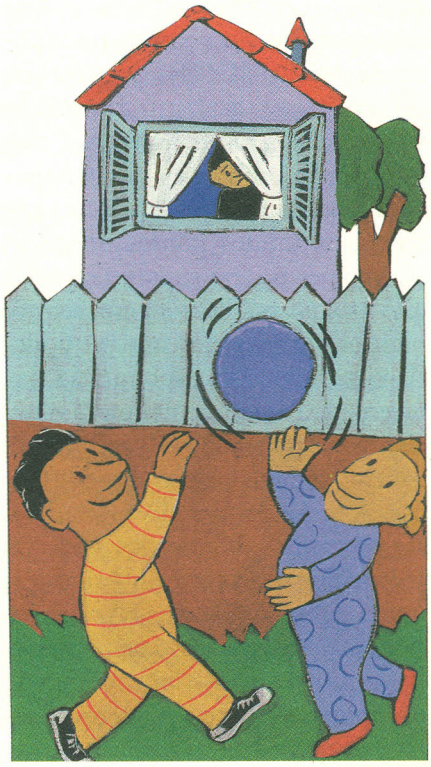
"A idéia do projeto é produzir um *software* barato, de operação simples, que, uma vez instalado nos computadores da prefeitura, possa ser alimentado com dados que se encontram dispersos", explica Sposito. Na primeira fase, o programa gerou um mapa-síntese, que os pesquisadores chamaram de mapa da exclusão social no município de Presidente Prudente. Isso permitirá agilizar decisões em situações de emergência, como num surto de dengue, por exemplo. Agora, na segunda fase, os pesquisadores estão ampliando o elenco de variáveis e aprimorando a arquitetura do *software*. Depois de experimentado em Presidente Prudente, o programa vai passar por testes em outros municípios. "Nosso objetivo foi dar às prefeituras um instrumento para ajudá-las a promover a inclusão social", diz Sposito. "Não podemos afirmar que isso vai realmente acontecer, mas podemos pelo menos garantir que, se não ocorrer, não será por falta de informação."

DEFICIENTES

Um esforço para integrar

Escola pública abre as portas

Pesquisadores da pós-graduação em Políticas Públicas da Faculdade de Educação da USP estão trabalhando para melhorar o atendimento aos cegos, surdos e deficientes físicos que freqüentam escolas de Campinas (sendo apenas 20% deles na rede pública). Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, e apoio da FAPESP, desenvolvem projeto que prevê a elaboração de dois vídeos e que visa a aperfeiçoar a formação de professores em educação especial (são 190 no município), aumentando ao mesmo tempo o número de alunos dos atuais 256 para 2 mil. Junto ao setor educacional o objetivo é atender melhor às especificidades de



LAURABEATRIZ

cada deficiência. "Pode parecer muito pretensioso, mas achamos que temos respaldo para isso", diz a coordenadora, professora Lisete Regina Gomes Arelaro, contando com o suporte da secretaria. A equipe pretende convencer os deficientes, seus familiares e a sociedade em geral da qualidade do ensino público e envolvê-los num processo de integração – que é o mais importante da pesquisa. "Não basta apenas matricular o deficiente na rede", salienta Lisete. O que caracteriza o projeto é a atuação de várias secretarias – começando pela Educação e englobando Cultura, Obras, Esportes – e também dos cidadãos em geral. Por isso, ela destaca duas finalidades que se complementam: a melhoria do ensino e uma nova visão da comunidade sobre os deficientes – que contribua para o aumento da auto-estima deles. Cada um desses aspectos será tratado num documentário, do qual participarão portadores de deficiência, familiares, funcionários de entidades assistenciais de cegos e autistas, professores.

"Hoje os deficientes são clandestinos na própria cidade. Não freqüentam parques, quase não saem de casa. As pessoas não estão preparadas para conviver com os portadores de deficiência e eles, por sua vez, encolhem-se, acabam formando guetos", avalia Lisete. Embora Campinas tenha problemas, como a inadequação da maioria dos locais públicos, há muitos pontos positivos. "Campinas é uma cidade rica, com oito praças públicas só no centro, onde os cegos, surdos, autistas poderiam passar mais tempo junto à natureza; tem até uma biblioteca especializada em braile". O preconceito, conclui, dificulta o uso desses espaços. A segunda fase do projeto vai até novembro do ano que vem. Os vídeos, que terão entre oito e dez minutos, serão divulgados em jornais, rádio, televisão e *outdoors*. "Queremos provocar os moradores de Campinas, despertar o interesse deles pela questão."

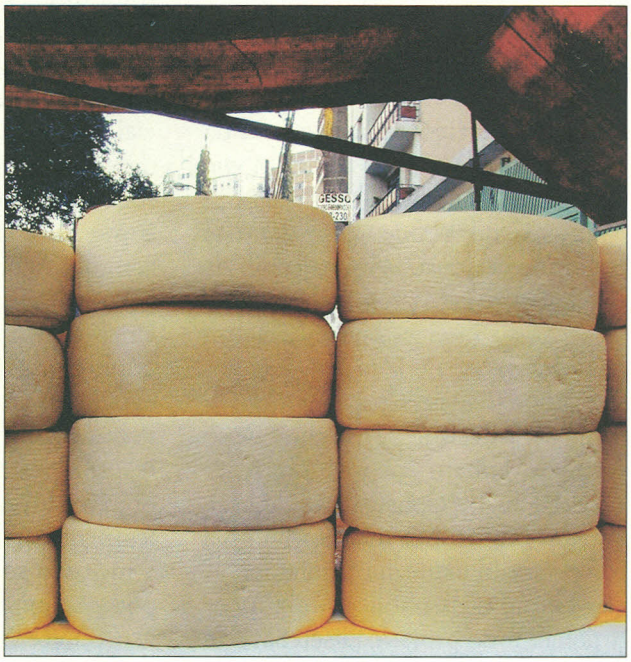
ALIMENTOS

Por um leite saudável

Projeto investiga comércio clandestino de derivados

Estima-se que a metade dos derivados de leite consumidos no país seja clandestina, produzida sem as condições de higiene que impedem a transmissão de bactérias causadoras de doenças – em São Paulo, que não apenas fabrica, mas também importa, o percentual tende a ser maior, afirma o biólogo Airton Vialta, do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), de Campinas. "No caso dos queijos do tipo minas frescal e meia cura, a maior parte vem do sul de Minas Gerais." A procedência desses produtos foi examinada durante a primeira fase do projeto que o Ital vem desenvolvendo em parceria com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária, com suporte financeiro da FAPESP. "Já percebemos que há problemas graves, como a presença de coliformes fecais, fragmentos de insetos e pêlos de roedores nos queijos", diz o biólogo, que é o coordenador da pesquisa. O Ital realizou as análises físicas, que detectaram sujeira nos queijos, e também análises microbiológicas.

Se for aprovado para a segunda fase, o projeto ampliará o número de amostras, para incluir leites, iogurtes e fermentados (o leite líquido representa 50% do consumo de laticínios, contra os 20% de leite em pó, 20% de queijos e 10% de iogurtes e outros derivados). A fiscalização, que até agora limitou-se ao município de Campinas, também será expandida para outras localidades. Assim, no final do projeto, em dois anos, espera-se ter levantamento estatístico completo do comércio ilegal de laticínios no Estado, o que facilitará o estabelecimento de convênios com a iniciativa privada. Além disso, a criação da Agência de Defesa Agropecuária – se aprovada pela Assembléia Legislativa – vai desburocratizar os trabalhos, apressando, entre outras medidas, contratações de fiscais e compras de equipamentos. "Mas não basta fiscalizar", diz Mônica Martini, diretora substituta do centro de Análises e Diagnósticos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. "É preciso investir também em campanhas para conscientizar os consumidores."



EDUARDO CESAR

Análise flagra graves problemas em queijos artesanais